

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT 37 - Violência, corpo e sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça

Título do Trabalho: A violência doméstica contra mulheres à luz das histórias de vida: um aporte simbólico

Nome completo e instituição do(s) autor(es): Gabriella Nunes de Gouvêa – Universidade de Brasília (UnB) e Célia Ladeira Mota – Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios do mundo e mais de 50% deles são cometidos por familiares. Em 2015, a sanção de uma lei incluiu o assassinato de mulheres no âmbito doméstico e familiar, por condição de sexo feminino, no rol de crimes hediondos. Porém, a violência doméstica não se resume a um tribunal ou a uma delegacia: ela engendra questões muito mais amplas e bem menos circunstanciais, de forma que seu entendimento não pode prescindir do contexto social do qual ela é uma parte, e não o todo. O presente estudo, portanto, objetiva analisar como a utilização metodológica de narrativas de histórias de vida contribui para uma abordagem culturalista da violência doméstica, que pensa as agressões contra a mulher sob a perspectiva da própria vítima e do seu lugar de fala em interface com os processos de significação e construção identitária. Para subsidiar a discussão, traremos parte de uma pesquisa etnográfica - em andamento – realizada com mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Goiânia (Goiás). O estudo tem como horizonte epistemológico o prisma da diacronia que marca o processo de aquisição simbólica dos sujeitos sociais: é na realidade vivida, em meio ao social - com seus atores e instituições - que as práticas e experiências adquirem sentido, em uma constante (re)significação.

1. Introdução

Dados da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), contidos no relatório *Mapa da Violência 2015*, mostram que no Brasil a taxa de feminicídios é de 4,8 para cada 100 mil mulheres, sendo essa a quinta maior taxa do mundo segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). 50,3% das mortes são cometidas por familiares, sendo que 33,2% desse total tiveram como autores parceiros (incluindo-se aí namorados) ou ex-parceiros da vítima. Em 2013, 13 mulheres foram mortas por dia no país¹. De acordo com o estudo, feminicídio caracteriza-se por “agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte”².

O estudo faz ainda uma comparação considerando o ano de promulgação da Lei Maria da Penha³: quando observadas as taxas de homicídios em relação à população de mulheres, a queda registrada entre os anos de 2006 e 2007 não se manteve nos anos seguintes e a taxa de feminicídios registrada em 2013 superou a de 2006. O relatório mostra que de 2007 a 2013 as taxas de homicídios aumentaram 23,1%.

Ainda que não dispuséssemos de números que evidenciassem a permanência e, pior que isso, o aumento dos índices de homicídio de mulheres mesmo após a entrada em vigor da Lei, é muito óbvio que a existência de um instrumento legal, por si só, não coíbe os crimes. Mas a pesquisa traz uma reflexão acerca de um dos fatores importantes na discussão sobre a violência de gênero e sobre as barreiras à real aplicação da lei: a impunidade. Cruzando dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Penitenciário Nacional, conclui-se que - em 2013 - 7,4% dos agressores domésticos, responsáveis por agressões que demandaram atendimento das vítimas por parte do SUS, foram condenados ou estavam à espera de julgamento.

O percentual é alarmante e mostra que o país continua muito aquém da real dimensão do problema. Em 2015 uma lei foi sancionada alterando o Código Penal e incluindo o assassinato de mulheres no âmbito doméstico e familiar, por condição de

¹ Dados disponíveis em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 12/2/2016.

² A tipificação do feminicídio contida no Código Penal entende que o crime pode envolver, além da violência doméstica e familiar e/ou menosprezo, a discriminação à condição de mulher.

³ Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, instituída para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

sexo feminino, no rol de crimes hediondos⁴. Assim, instrumentos jurídicos vão se juntando para estruturar uma base legal muito mais sólida e que tem como última instância garantir que os agressores sejam, de fato, responsabilizados e penalizados.

Porém, a violência de gênero não se resume a um tribunal ou a uma delegacia. Ela engendra questões muito mais amplas e bem menos circunstanciais. Poderíamos nos deter durante muito tempo nessa discussão, a começar pelo inadequado sistema que o judiciário possui para acolher e registrar as denúncias das mulheres vítimas de violência doméstica, o qual é muitas vezes marcado pelo despreparo dos profissionais que ali trabalham e acaba por constranger ainda mais as mulheres que chegam completamente vulneráveis para denunciar a violência sofrida, mas entraríamos em uma seara que não contempla os objetivos desta pesquisa. A nós aqui cabe uma discussão muito menos palpável.

Quando Roberto Da Matta utiliza os espaços da casa e da rua como metáforas para pensar a sociedade brasileira, ele entende que enquanto categorias sociológicas esses espaços designam esferas de ação social (1987, p. 17), as quais não podem ser delimitadas, senão percebidas por meio de contrastes, complementaridades e oposições. É a sociedade relacional de que fala o autor, ou seja, a sociedade vista sob a perspectiva do movimento, das conexões. E é por isso que, para ele, “quem escreve sobre a sociedade sem querer perder de vista as relações sociais e seus paradoxos não pode construir casamatas⁵, mas cabanas, barracos e choças” (ibidem, p. 14).

Para o presente estudo, a comparação de Da Matta é muito pertinente e é ela o ponto de partida para a compreensão do cerne da pesquisa aqui desenvolvida: a violência doméstica contra a mulher compreendida sob o ponto de vista do movimento, da conexão que a própria vítima realiza com os diversos atores, espaços e instituições aos quais se une socialmente e por meio dos quais constrói e elabora significações sociais. Afinal, a violência doméstica é apenas um dos vértices do complexo emaranhado que compõe a violência de gênero, da mesma forma que a denúncia feita pelas vítimas é apenas um dos vértices do emaranhado de relações que existem em meio a esses casos.

⁴ Lei n. 13.104/2015.

⁵ Abrigo subterrâneo para guardar material bélico.

Tomemos as considerações de Teresa de Lauretis (1994), que sugere que a noção de gênero seja pensada da mesma forma como Foucault propôs a análise da sexualidade: como uma tecnologia. Segundo a autora, pensar o gênero sob o ponto de vista da diferença sexual é limitador na medida em que a oposição homem *versus* mulher toma essas últimas como indiferenciáveis entre si, ao mesmo tempo em que constrói um ideal, um arquétipo de mulher, e desconsidera os discursos e as representações culturais como constituintes e determinantes da noção de gênero que a sociedade possui. Desta forma, portanto, Lauretis defende que as concepções de masculino e feminino formam um sistema de gênero, ou seja, um sistema de representações que relaciona sexo e conteúdos culturais. Assim, para além de uma diferença sexual, gênero é uma relação social, que vincula o sujeito a um determinado grupo.

Logo, a violência doméstica não pode ser investigada senão a partir de uma perspectiva estrutural, que busca compreendê-la sem perder de vista o contexto social do qual ela é uma parte, e não o todo.

2. O protagonismo do sujeito da pesquisa

As histórias de vida compreendem “a narração, por uma pessoa, de sua experiência vivida” (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 158). Como estratégia metodológica, elas permitem que a pesquisa valorize os indivíduos e sua vivência, os tome como atores sociais e os recoloca no social e na história: “inscrita entre a análise psicológica individual e a dos sistemas socioculturais, a história de vida permite captar de que modo indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela” (ibidem, p.169).

Antonio Chizzotti (2000, p. 96) destaca que as histórias de vida possibilitam “romper com a ideologia da biografia modelar de outras vidas” para trazer à tona os trajetos pessoais no contexto das relações sociais. Para Maria Cristina Gobbi (2010, p. 84), além de representar “uma possibilidade singular de mergulhar no passado, no íntimo dos entrevistados”, as histórias de vida humanizam um tema, fato ou situação.

Considerada por uns como um tipo de entrevista, por outros como “uma forma de estudo de caso” (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 159) ou ainda como sinônimo de história oral, biografias e perfis (GOBBI, 2010, p. 84; MARTINEZ, 2015), o fato é que

as histórias de vida constituem uma importante estratégia metodológica em busca das mais intrínsecas relações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com o mundo que o habita. Howard Becker (1993, p. 102) afirma que, diferente das autobiografias e da ficção que ele chama de “formas mais imaginativas e humanísticas”, a história de vida “se aproxima mais do terra-a-terra, se dedica mais às nossas propostas [como pesquisadores] do que às do autor, e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive”.

Subjetividade é uma palavra importante quando estamos tratando de histórias de vida, afinal, o próprio sujeito narra, segundo suas perspectivas, a trajetória percorrida por ele. Mas é importante entender que a subjetividade aqui não reduz a pesquisa a uma situação única, exclusiva, ou mesmo retira dela o seu caráter social: a utilização das histórias de vida se insere na compreensão dos processos comunicativos (pelos quais a memória se constitui, se preserva e se transforma) e sua intersecção com a cultura (PERAZZO, 2015, p. 123), de forma que o foco se centra na compreensão da unidade na diversidade (MARTINEZ, 2015, p. 79). Por isso é que Pollak (1992, p. 11) prefere não falar em valorização da subjetividade no uso das histórias de vida, mas, sim, em pluralidade.

Por mais que tomemos histórias colhidas individualmente, na verdade o que temos ali são percepções que não as tornam individuais, mas sim coletivas e sociais como destacou Halbwachs (2003) ao tratar da memória. Aliás, é importante destacar que utilizamos histórias de vida, no plural, ao invés de história de vida porque temos os Estudos Culturais como definidor epistemológico da discussão e, nesse sentido, a utilização delas como procedimento metodológico se insere na perspectiva das relações que se estabelecem entre o sujeito, o ambiente simbólico no qual ele se localiza, as percepções e significados culturais que ele atribui ao mundo. Assim, não teremos um único sujeito central na discussão, e nem uma única história de vida, mas sim tomaremos os sujeitos em sua relação com o social, com o cotidiano, com a vida em seu movimento.

Teresa Haguette (2001, p.64), ao retomar Lazarsfeld, destaca que as histórias de vida são úteis no estudo de dois tipos de situações: para “captar dados psicológicos que são reprimidos ou não são facilmente articulados, como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência etc” e também para “indicar o funcionamento

complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta”. No caso desta pesquisa, considero que ambas as situações se misturam e se confundem: as histórias de vida nos serão fundamentais para compreender o quadro de referências simbólicas dos sujeitos, o seu repertório cultural, mas também para pensar a inserção desse repertório no processo complexo de relações em que se insere a violência doméstica. Há aí, portanto, dados psicológicos e estruturas, organizações.

3. Gênero, representação e significação

“Por Violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo [...]. A intervenção física, na qual a Violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007). No entanto, não somente os danos à integridade física caracterizam atos violentos, pois como destaca Michaud (apud PORTO, 2002) a abordagem da violência precisa considerar as diferentes esferas da vida social, incluindo aí as dimensões material e simbólica. Quando pensamos especificamente na violência doméstica, há variadas dimensões que são especialmente afetadas. Em muitos casos de agressão, a mulher permanece calada em razão da dependência econômica que possui com relação ao parceiro, por exemplo.

A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física, que compreende ofensas à integridade ou saúde corporal; violência psicológica, relacionada aos danos emocionais, à autoestima e autodeterminação da mulher; violência sexual, que diz respeito a qualquer constrangimento, intimidação ou limitação dos direitos sexuais e reprodutivos; violência patrimonial, na qual a mulher sofre danos ou limitação ao acesso a bens, valores e recursos econômicos; e a violência moral, quando há calúnia, difamação ou injúria.

O artigo 7º da Lei, portanto, evidencia que não somente as agressões físicas contra mulheres são enquadradas como crime, embora elas tenham muitas vezes mais visibilidade do que as demais formas e, aí, podemos especular dois possíveis motivos: 1) a violência física é muito mais visível e palpável, já que os hematomas, cortes e feridas ficam ali, cravados no corpo; e 2) ela é tida como o último “estágio” no

caminho da violência suportada por mulheres agredidas, ou seja, elas suportam as ofensas verbais, as humilhações, o confisco do dinheiro pelos companheiros, mas decidem dizer basta e procurar ajuda quando a agressão física se dá. Mesmo porque muitas vezes as ofensas e humilhações não são reconhecidas pela própria vítima como formas de violência ou porque, nesse momento, a mulher associa de fato a agressão à possibilidade de ser morta pelo companheiro, uma vez que “os homicídios parecem ser o ponto final de uma escalada da violência física” (MACHADO, 2010, p. 74).

Dados de 2015⁶ do serviço *Ligue 180* - a central de atendimento do governo federal⁷ que recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede pública de atendimento à mulher e que fornece orientações sobre direitos e legislação vigente – mostram que, do total de relatos de violência recebidos e registrados naquele ano (o equivalente a 10,23% dos atendimentos feitos⁸), 50,16% corresponderam à violência física. Em seguida, vieram os relatos de violência psicológica, moral, patrimonial, sexual, cárcere privado e tráfico de pessoas, respectivamente. Em quase 30% dos relatos de violência recebidos havia risco de morte das vítimas e, em comparação com o ano anterior (2014), o número de atendimentos realizados pelo *Ligue 180* cresceu 54,4%. Outro dado interessante: embora as próprias vítimas representem a maioria das pessoas que denunciam alguma forma de violência contra a mulher, o percentual registrado em 2015 reduziu em relação a 2014, ou seja, tem crescido a participação de amigos, conhecidos e parentes como denunciantes. Nesses casos, quando não é a própria vítima quem faz a denúncia, as mulheres são maioria: correspondem a 80,55%.

Em um artigo publicado em um blog do jornal *O Estado de São Paulo*, a jornalista Nana Soares⁹ afirma que o feminicídio permanece sendo negado no país, apesar de todos os dados que evidenciam a gravidade do problema, como os que

⁶ Até a conclusão deste material os dados do ano de 2016 não estavam finalizados. Por isso, os dados utilizados aqui são os de 2015.

⁷ A Central, criada em 2005, é vinculada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Os dados citados estão disponíveis em <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf>. Acesso em 25/11/2016.

⁸ O relatório divide os atendimentos feitos em: prestação de informações, encaminhamentos para serviços especializados de atendimento à mulher, encaminhamentos para outros serviços de teleatendimento (como o 190 da Polícia Militar), e relatos de violência.

⁹ Publicado em 19/1/2017 e disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/enquanto-eu-escrevia-este-texto-uma-mulher-foi-assassinada/>. Acesso em 23/1/2017.

acabamos de mencionar. Segundo Nana, “na cabeça de muita gente, a não ser que o assassino (que em geral é mesmo homem) diga ‘você é mulher e merece morrer’ ou ‘estou te matando porque você é mulher’ em alto e bom som, não existe crime de gênero”. Porém, ela esclarece:

Um crime é de gênero quando o gatilho diz respeito a alguma expectativa que recai sobre as mulheres. É quando uma mulher termina um relacionamento e o homem não é capaz de aceitar, é quando ele é traído, perde a guarda dos filhos, quando uma mulher usa uma determinada roupa, maquiagem. Quando a mulher sai de casa, estuda, dança. Os “motivos” parecem variar, mas na verdade são sempre o mesmo: um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertence e que é um ser humano com vontades próprias. O motivo do crime nunca é a mulher terminar o relacionamento, é o homem ser incapaz de enxergá-la como uma pessoa.

Uma vez que estamos falando de expectativas acerca do comportamento das mulheres, como explicou a jornalista no trecho acima, estamos falando de padrões socialmente e culturalmente determinados que estabelecem comportamentos “aceitáveis” e adequados, os quais quando transgredidos ou não correspondidos colocam o sujeito social em uma situação de vulnerabilidade e violência. Como afirma a historiadora e antropóloga Maria Luiza Heilborn (2015)¹⁰, “há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Homens e mulheres são produtos da realidade social e não apenas da natural. É a cultura que humaniza a espécie”.

O componente cultural fundante dos padrões de feminilidade e masculinidade também está presente no próprio entendimento social do que é a violência. Ou seja: ao mesmo tempo em que diz como mulheres e homens devem se comportar e concorre para que a intolerância e a violência aconteçam nos casos em que tais modelos não são correspondidos, os significados culturais também estão na base do que cada sociedade entende como violência. Por isso a socióloga Luiza Helena Bairros (2015) destaca que “não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência”.

¹⁰ Dossiê *Violência contra as mulheres*, produzido pela Agência Patrícia Galvão. Lançado em agosto de 2015, o dossiê está disponível apenas em versão digital, de forma que é constantemente atualizado e revisto. Para fins de citação, será utilizado aqui o ano de lançamento do dossiê. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>. Acesso em 12/11/2016.

É interessante também observar como a própria sociedade vai, ao longo do tempo, redefinindo e reestabelecendo limites para o que é ou não 'aceitável', como ressalta Maria Stela Grossi Porto (2000, p. 190):

Há não mais de poucas décadas, estupro ou espancamento de mulheres eram fenômenos tratados na esfera privada, não nomeados como violência. A própria criação de delegacias da mulher e a criminalização de atos de violência contra a mulher sinalizam para novos sentidos do que se considera violência, o que reflete um outro estatuto da condição feminina. Apontam, também, para uma maior igualdade entre os sexos, na medida em que a mulher se constitui enquanto portadora de direitos.

O surgimento de novas leis é, por si só, um dos elementos responsáveis por deslocar o entendimento acerca da violência contra a mulher. À medida que esses deslocamentos acontecem eles ganham atenção da agenda jornalística e também ganham relevância social, uma vez que alteram os códigos de bom comportamento. A sanção da lei que institui os feminicídios como crimes hediondos, por exemplo, é um novo deslocamento do estatuto da condição feminina e das próprias relações sociais estabelecidas no âmbito doméstico.

Os números registrados pelo serviço *Ligue 180* mostram a face objetiva da violência contra a mulher no país e, de fato, compilar todos esses dados é essencial para promover políticas e ações que visam coibir as agressões, amparar as mulheres vítimas de violência e punir os agressores. Afinal, embora todos saibam da existência de um determinado problema, os números, gráficos e porcentagens cumprem o importante papel de alarmar a população e o próprio poder público. Porém, é inegável que “para erradicar a violência contra as mulheres que acontece no espaço público e privado, e que tem se perpetuado de geração em geração, é preciso se debruçar sobre as causas, sobre as raízes culturais dessa violência”, como afirma a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo (2015).

Se, afinal, o gênero é uma representação, como afirma Teresa de Lauretis (1994), e é ela a base das vulnerabilidades a que as mulheres estão expostas socialmente, o estudo sobre a violência doméstica não pode prescindir de um estudo sobre a própria representação de gênero, no nosso caso junto àquelas que não apenas estão expostas, mas que se tornaram vítimas dessa vulnerabilidade. Uma vez imersos na compreensão do repertório cultural das mulheres agredidas, ou seja, nas

matrizes de sentido que as orientam na compreensão da realidade e determinam a construção do conhecimento, estaremos buscando entender criticamente o terreno no qual a violência doméstica se dá, com as noções e práticas que a sustentam e fincam raízes na nossa sociedade. Só assim poderemos pensar como é possível desnaturalizar tais práticas a fim de cessar as desigualdades produtoras de tantas agressões.

Investigando para além do registro no boletim de ocorrência será possível trazer, para a pesquisa, um tema que diz respeito não a um grupo específico de sujeitos, mas sim a toda a sociedade. Afinal, a rede de relações que permeia as histórias dessas mulheres vai sendo tecida em meio ao social e às construções de significado que integram as mais diversas instituições. O pessoal, portanto, é político e a experiência é uma base legítima para a construção do conhecimento neste estudo, pois, como afirma Raymond Williams, a cultura constrói significados para a experiência e esta contribui para a mudança da primeira (MOTA, 2008).

4. Pensando as múltiplas conexões: memória, identidade e representação

Sempre que falamos em histórias de vida é inevitável pensar imediatamente no esforço que o sujeito faz para lembrar, para rememorar sua trajetória e os fatos que vivenciou ao longo dos anos. Assim, memória é uma palavra que se conecta imediatamente com as histórias de vida e, de fato, este é um conceito vital para a metodologia que propomos aqui (MARTINEZ, 2015, p.78). O conceito, entretanto, não se refere propriamente ao passado em si, ou à história: a memória é, na verdade, o meio pelo qual nos relacionamos com o passado (PERAZZO, 2015, p. 127). Ou seja, rememorar é lembrar do passado e construir uma narrativa sobre ele, de forma que ao narrar sua história de vida o sujeito expressa sua memória.

Se durante algum tempo a memória foi vista como 'armazenagem de traços do passado', como afirma Paolo Jedlowski (2005, p. 87), hoje predomina a visão construtivista na qual o passado é o tempo todo reestruturado em função do presente. José Francisco Valencia (2005, p. 102) fala na passagem de um modelo passivo e estático para outro, ativo e dinâmico. Desta forma, os processos e atores que participam da construção da memória ganham destaque e são investigados.

Segundo Pollak (1992), os acontecimentos, personagens e lugares são os três elementos constituintes da memória. Porém, não armazenamos somente os acontecimentos que presenciamos, as pessoas com quem convivemos e os lugares nos quais estivemos: a vivência do grupo no qual o sujeito se insere e o seu processo de socialização histórica são também definidores do quê lembrar. É o caso, assim, dos filhos e netos de judeus enviados aos campos de concentração, por exemplo, que podem ter lembranças que, na verdade, são herdadas de seus pais e avós. Nesse sentido é que Michel Pollak vai falar sobre os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos por tabela, já que no caso destes últimos é o pertencimento a um determinado grupo que faz com que o sujeito armazene aquele acontecimento na memória ainda que não o tenha vivido.

De certa forma, o jornalismo também atua de forma significativa para que se viva, por tabela, inúmeros acontecimentos, afinal, para além das memórias compartilhadas pelo grupo no qual está inserido o sujeito se considera próximo daquilo que acompanha ao vivo na TV, por exemplo. E aí “a mídia presta serviço à memória”, como afirma Paolo Jedlowski (2005, p. 91), na medida em que produz o que ele chama de memória comum, ou seja, indivíduos que nunca se viram e não interagem entre si se recordam dos mesmos acontecimentos porque leram no jornal, ouviram no rádio ou assistiram na TV. É a memória da experiência mediada, como define o autor, que se junta, portanto, à memória da experiência individual.

Diferentemente da memória coletiva, porém, a memória comum não vincula um grupo social específico. Ou seja: a memória coletiva tem como função primordial dar coesão a um determinado grupo social e manter sua identidade (JEDLOWSKI, 2005, p. 88). Em seu estudo, Maurice Halbwachs (2003) afirma que é a condição social do sujeito que dá existência à memória e que mesmo a memória individual se sujeita a essa condição de ser social: “não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social” (ibidem, p. 43).

Temos aí, portanto, uma vinculação importante: para se sentir integrante de um determinado grupo o sujeito necessita de um sentimento de coerência com relação a ele. O grupo trabalha, então, para solidificar aquilo que lhe interessa, que traga aos seus membros uma ideia de unidade: a memória é, assim, “enquadrada” por aquele grupo (POLLAK, 1992). Logo, a memória é um elemento que constitui o sentimento

de identidade . Quando Halbwachs fala sobre a comunidade afetiva, ele fala sobre os pontos de referência que estruturam a memória do sujeito e aos quais esse sujeito adere porque sentimentalmente eles o tocam de alguma forma (POLLAK, 1989).

Mas além da importância coletiva da memória, também individualmente ela é fundamental para garantir ao sujeito o sentimento de coerência que mencionamos anteriormente, afinal ele opera estratégias específicas na formação de sua memória pessoal. E as histórias de vida são uma forma de exteriorização da identidade, afinal, ao narrá-las os sujeitos expressam sua memória e expressam também os pontos de referência ou os elementos definidores da unidade do grupo social a que pertencem e, portanto, da identidade que ele constrói como sujeito social.

As experiências passadas são, sem dúvidas, um elemento fundamental na constituição da memória, mas não o único. Celso Pereira de Sá (2005, p. 65) destaca que ela se constrói ainda em função da realidade presente e dos recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura. Halbwachs (2003) e Pollak (1992) incluem também o contexto das preocupações do sujeito e dos seus sentimentos na construção da memória. Logo, os elementos que integram a experiência do sujeito com a realidade serão determinantes na forma como ela é compreendida: os livros que lê, as viagens que faz, os filmes que assiste, as pessoas com as quais ele conversa se juntam na constituição da memória.

Não há como pensar em sociedade e cultura, por sua vez, sem pensar nas representações que as integram, afinal, ambas são constituídas de significações. É por meio da interação humana que, cotidianamente, o sentido emerge no mundo social (RODRÍGUEZ, 2005, p. 240), de forma que a sociedade não é uma entidade autônoma, mas conformada por todos aqueles que a integram. Segundo Baczko, é por meio das representações que a coletividade

designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985, p. 309).

Uma vez que o sujeito se relaciona com o seu passado quando recorre à memória, construindo então um relato sobre ele, Priscila Perazzo (2015, p. 128) afirma

que sem relato não há relação do sujeito com o seu passado, o qual “só existe em nossas representações”. Mas o que isso significa? Ao mesmo tempo em que o relato sobre o passado traz a nossa versão desse passado, ou seja, a imagem que temos dele, também o próprio passado se construiu em função das representações que integram a nossa relação com o real.

A utilização metodológica das histórias de vida fará, então, com que a pesquisa tenha as representações como um de seus produtos: ao narrar sua própria trajetória, o sujeito deixa marcas do percurso social que realiza. Logo, essas narrativas serão sempre uma representação do real, ou seja, uma versão. “Cada um vê o objeto a partir do seu lugar no mundo e constrói sua narrativa de forma seletiva, marcando sua trajetória de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo” (PERAZZO, 2015, p. 123).

O sujeito, portanto, não só representa o real como representa ele próprio: Hall afirma que as identidades não têm muito a ver com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, “mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, 2000, p. 110). Ao se colocar na condição de sujeito social, “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ [...], sempre, que elas são representações”.

Vemos, assim, que os conceitos se integram e seus limites se confundem, muitas vezes, com os limites do outro. Uma rede de relações se estabelece quando tomamos a memória como ponto de partida de um referencial metodológico tão complexo e tão fértil como as histórias de vida. Não há como pensarmos a memória distanciada das representações que a constituem, mas também que se constituem em função dela, ao mesmo tempo em que a memória se conecta com a identidade do sujeito e que a própria identidade é uma operação de representação feita pelo sujeito levando em consideração também as representações que integram o mundo social. É um permanente ir e vir de significações que irão enriquecer o trabalho do pesquisador.

5. A vida e suas teias: o relato de Rosa

O presente artigo integra uma pesquisa maior, que vem sendo realizada a nível de doutorado, e que inclui um estudo etnográfico com mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Goiânia (Goiás). Uma das histórias coletadas é a de Rosa¹¹, uma mulher de 31 anos que, por ocasião da nossa conversa, vivia em um abrigo que acolhe mulheres agredidas junto com dois de seus filhos – um menino e uma menina. As outras duas filhas viviam com o pai de Rosa em Belém do Pará. Meses antes de nos encontrarmos, ele havia mandado para Rosa passagens de avião para que as meninas fossem morar com ele: a filha havia pedido a ajuda do pai depois que ela saiu de casa e, depois de pedir ajuda para a Polícia, foi para um abrigo na capital goiana. O abrigo em que Rosa estava quando nos encontramos era o segundo no qual ela foi acolhida, já que o companheiro descobriu onde ela estava e aí precisou se mudar.

A infância

“Quando eu era pequena eu sentia muita falta dela, porque eu queria ter uma mãe pra chamar de mãe e não tinha”: a mãe de Rosa saiu de casa e se mudou para Goiânia quando ela tinha um ano de idade. Rosa ficou em Belém do Pará e alternava a vida morando com o pai e a avó. O pai se casou novamente e teve outros dois filhos. A madrasta pediu que Rosa a chamasse de tia. “Aí eu via meus irmãos chamando a minha tia de mãe, mas ela falava que ela era minha tia”.

O encontro com a mãe e com o padrasto

Aos 13 anos Rosa decide ir para vai para Goiânia conhecer a mãe, que estava no seu terceiro relacionamento e tinha outros dois filhos. “Quando eu conheci ela, assim, no começo foi bom, mas depois meu padrasto começou a querer me acariciar. E por eu não ter o amor do meu pai... assim, não conhecia, porque eu morava com a minha avó e minha avó era muito seca também. Aí não ter o amor do meu pai... e às vezes eu me deixava levar pelos carinhos que ele fazia em mim, só que eu não tinha malícia porque eu tinha 13 anos, e ele já tinha malícia porque ele já era grande”. Certa vez, no dia do aniversário da mãe, Rosa se lembra de um beijo que o padrasto lhe deu

¹¹ Nome fictício. O depoimento foi colhido em uma ONG que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica. Na transcrição de trechos feita aqui foram preservados traços da oralidade.

enquanto ela dormia. “Minha mãe não acreditou em mim. Falou que eu que tava dando liberdade”. Depois disso o relacionamento das duas ficou cada vez mais complicado.

A primeira filha

Por conta dos problemas na casa da mãe, Rosa volta para Belém do Pará e lá conhece seu primeiro companheiro, pai da filha que ela teve aos 18 anos. Depois de uma traição, Rosa resolveu se separar dele e, mais uma vez, encontra em Goiânia um destino. “Se eu ficasse lá eu ia acabar voltando com ele”. De volta para a casa da mãe, Rosa não se sentia à vontade. “Minha mãe achava que eu tava afim do meu padrasto. Meu padrasto queria casar comigo, uma coisa louca sabe?”.

O segundo companheiro

A vida na casa da mãe continuava difícil: “Eu só queria sair de casa por conta do meu padrasto”. Foi quando conheceu seu segundo companheiro: ele com 17 anos, e ela com 19. Depois de três meses de relacionamento Rosa decidiu morar com ele. “Porque não tinha outra opção aqui, não tinha como caçar alguma coisa aqui, porque minha mãe não deixava nem eu trabalhar. Falava que eu tinha que olhar minha filha”. “No começo ele era uma pessoa amável, muito boa, muito boa pessoa mesmo, que me ajudava em tudo, tudo que eu precisasse ele me ajudava. Mas depois que ele começou a se relacionar... primeiro ele usava só maconha, aí depois ele começou a mexer com esse tal de crack aí disgramou tudo. Aí começou esse vício, não sobrava dinheiro mais pra nada, tudo era pra isso, aí ficou desse jeito”. “Assim, pros outros ele falava que eu podia trabalhar e tudo, mas se alguém arrumasse serviço pra mim ele já impedia. Porque eu tinha que cuidar da casa e dos filhos, porque não queria que eu fosse trabalhar, porque tinha que cuidar dos meus filhos”. “Eu estudei até a quinta série. Eu tava continuando, assim que eu conheci ele eu tava continuando os estudos, aí depois ele já começou também com aquela ciúmeira. Porque ele era muito possessivo, ele era muito possessivo. Eu não podia conversar com ninguém. Aí na escola cê sabe que às vezes tem que ter trabalho, tem que fazer uma coisinha ou outra, tem que se relacionar com os alunos, com o professor, aí ele já ficava daquele jeito. Aí eu saí do colégio. Eu tentei ainda mais uma vez estudar junto com ele, mas mesmo assim não deu certo”. “Ele não deixava eu trabalhar, não deixava eu ver minha mãe, não deixava eu ver meus irmãos, não podia conversar com ninguém, eu tinha que ficar só dentro de casa trancada. “Muitas vezes me machucava. Me machucava sim. Era soco, chute, o que ele tinha ele tacava em mim, se tinha um pau ele pegava,

não tinha dessas coisa não, sabe, quando ele saia do sério [...] Xingar, me xingava muito. Vixi! Me xingava de tudo quanto era nome, falava que eu era prostituta do Dergo¹², falava um monte de coisa pra mim.”. “Tipo assim: se ele falasse uma coisa, tinha que fazer aquilo. Se eu falasse que não, aí já tinha uma briga. Tinha que ser o que ele queria e não o que eu queria. Sempre tinha que ser a vontade dele. Se ele saísse na esquina eu tinha que ir junto. Aí se eu falasse que não ia aí já virava uma briga. [...] Não, nunca ajudou (nos afazeres domésticos), mas cobrava sim. Tinha que pôr comida lá pra ele, onze horas tinha que tá tudo pronto. Aí tudo ele era chato nessas parte assim”.

A volta para Belém

Rosa está hoje à espera de ajuda financeira, para comprar as passagens e ir embora para Belém: “lá é meu lugar, como diz o outro, lá eu me criei. Lá eu conheço tudo”. “Eu tô assim doida pra chegar em Belém pra ir na praia. Sério, eu nunca tive um celular assim. Tô doida pra comprar um desse pra ir pra praia tirar foto”.

O que faltou em sua vida

“Minha tia hoje fala pra mim: Rosa, o que que faltou na sua vida? Seus estudos, Rosa! Eu falava tanto pra você estudar. Se você tivesse estudado hoje você estava formada, igual seus irmãos”. “Faltou eu ter ouvido mais ela (a tia) e meu pai, que queriam o melhor pra mim, do que ter ficar na doida”. “Tanto é que do lado da minha tia meus irmãos tão tudo estudado e do lado da minha mãe já é tudo diferente. Meu irmão já foi preso, minha irmã já é drogada [...] Eu acho assim, eu falo assim que minha tia soube educar os filhos dela. Sempre na reta, sempre daquele jeito, mas era sempre pro bem. Agora minha mãe não, sempre muito liberal, sempre dando muita liberdade, acabou ficando daquele jeito”.

Lembranças do companheiro

“Eu não tenho raiva, nem ódio. Eu oro pra ele. Mas eu quero ele assim, distante né, porque eu preciso viver um pouco, porque eu vivi essa vida trancafiada. Não conhecia ninguém [...] Não podia usar a roupa que eu queria, tinha que usar só a que ele queria. Não podia falar nada, só gritando, tipo como se eu fosse filha dele”. Quando colocava alguma roupa que o companheiro não gostava, Rosa ouvia que “tava amostrando demais, porque tava aparecendo demais. Porque era vulgar, porque ficava vagabunda, esses tipo de coisa assim”.

¹² Nome de um terminal de ônibus localizada na região oeste de Goiânia.

6. Considerações finais

Traçar o contorno metodológico de uma pesquisa e colocar no centro dele a voz dos sujeitos sociais implica, imediatamente, em pensar em cultura. E não há como pensar em cultura sem pensar nas significações que a constituem: para Geertz o homem é um animal suspenso em teias de significado tecidas por ele próprio (GEERTZ, 1973, apud THOMPSON, 1995, p. 175). A partir do seu nascimento, o ser humano se torna um indivíduo social porque existem outros indivíduos socializados que vão constituir-lo como tal, de forma que em um primeiro momento é a mãe quem “nomeia e significa o mundo” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 235). Daí em diante esse sujeito estará constantemente envolto em significações.

As pertencas grupais são, sem dúvidas, fundamentais para atribuição de significados à realidade, de forma que elas constroem memórias parciais que, “articuladas em um mosaico” (VALENCIA, 2005, p. 108), formam as memórias coletivas. Assim, grupos diferentes vão atribuir significados diferentes para um mesmo acontecimento, por exemplo.

O relato feito por Rosa nos mostra como suas experiências de violência se ligam à imersão dela em espaços sociais marcados por condutas e modos de atuação distintos entre si (casa da mãe x casa do pai x casa da avó). Interessante verificar, por exemplo, como a noção que Rosa possui sobre a figura feminina guarda uma relação com as roupas que as mulheres usam: nos momentos em que eu trouxe para nossa conversa a questão do papel da mulher em casa, na família, com o qual ela conviveu desde a infância, Rosa mencionou que a mãe, por exemplo, sempre foi “liberal”, e aí fez menção aos shorts curto e tops que comprava para ela e a irmã. “Ela (a mãe) não tinha dessas frescuras não”, completou.

Embora distintos, havia em certos momentos aproximação entre as experiências de Rosa nos espaços sociais vividos. A dureza da avó, por exemplo, coincide com a vida na casa do pai, já que segundo Rosa “eles sempre me deram do bom e do melhor, nunca deixaram eu passar falta de nada, graças a deus, isso eu não tenho do que reclamar [...]. Mas o carinho eu acho que isso faltou”. O fato de não poder chamar a madrasta de mãe, e sim de tia, evidencia uma lacuna significativa para Rosa.

É interessante verificar na história narrada a repetição de palavras e expressões em determinados momentos e acerca de determinados assuntos, como quando Rosa comenta sobre os ciúmes do companheiro ou quando fala sobre a importância que o estudo poderia ter tido em sua trajetória. E esse é um traço essencial da narrativa que precisa ser levado em conta na análise textual, afinal, os adjetivos, advérbios de modo, tempo e intensidade têm papel importante na delimitação simbólica do relato da protagonista.

As expressões corporais e faciais, bem como traços da linguagem oral (pausas, hesitação) que marcam a narração da história também assumem papel fundamental na construção de sentidos. A conversa com Rosa, por exemplo, foi permeada por momentos de entonação forte, de lágrimas, de respostas rápidas, de momentos de reflexão. E todos eles guardam relação direta com a memória da experiência guardada pela protagonista.

Quando os sujeitos constroem uma narrativa sobre suas trajetórias, eles articulam significados e trazem para a pesquisa os elementos definidores da tradição cultural na qual se inserem, permitindo que o pesquisador avance em direção ao entendimento sobre quais grupos, atores e instituições sociais exercem mais ou menos força sobre os sujeitos. Mergulhar nas narrativas de trajetórias pessoais vai muito além de pensar uma sucessão temporal de fatos e acontecimentos, mas implica em buscar compreender ou ao menos se debruçar sobre a complexidade que marca essas trajetórias e em como elas estão embebidas em significados múltiplos. Assim como narrar a própria trajetória não é tarefa simples ou fácil, também não o é o estudo da identidade, das representações e da memória. Estamos sempre em um terreno muito dinâmico e impalpável, mas que nem por isso não pode ser estudado.

A utilização metodológica das histórias de vida valoriza os sujeitos sociais, pensa a inserção cultural deles na sociedade, analisa a construção e manutenção das representações, discute a complexidade da formação da identidade individual e coletiva, e avalia os quadros cognitivos e afetivos que a memória oferece para situar a realidade, mas que a realidade e seus instrumentos – e aí se inclui a mídia - também fornecem à memória.

7. Referências bibliográficas

- ALSINA, Miquel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. LEACH, Edmund. Anthropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAIRROS, Luiza Helena. Cultura e raízes da violência. Dossiê Violência contra as Mulheres (online), Agência Patrícia Galvão, 2015.
- _____. Nossos feminismos revisitados. Estudos Feministas, UFSC, ano 3, nº 2, 1995.
- BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrell. Análise hermenêutica. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (orgs). Métodos e Técnicas de pesquisa e comunicação. São Paulo: Atlas, 2010.
- BECK, D.Q.; GUIZZO, B.S.. Estudos Culturais e Estudos de Gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. Holos, ano 29, vol. 4, 2013.
- BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política (vol II). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- BONIN, Jiani Adriana. Notas metodológicas relativas à pesquisa de recepção midiática. XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, junho de 2013.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. História e teoria social. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHILLÓN, Albert. La urdimbre mitopoética de la cultura mediática. Análise 24, Barcelona, 2000.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
- DALMONTE, Edson Fernando. Estudos culturais em comunicação: da tradição britânica à contribuição latino-americana. Idade Mídia, São Paulo, ano I, vol. 2, nov. 2002.
- DA MATTA, Roberto. A casa e a rua. RJ: Editora Guanabara, 1987.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os Estudos Culturais. RS, agosto 2006. Disponível em: www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias. Acesso em: 20/4/2016.

_____. Os Estudos Culturais. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 2007.

GERGEN, Mary McCanney (org.). O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, EdUnB, 1993.

GOBBI, Maria Cristina. Método biográfico. DUARTE, Jorge. (Org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2010.

GOUVÊA, Gabriella Nunes de. Imaginário social, mito e narrativas jornalísticas: As representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff. Dissertação de mestrado, 2014.

GUTMANN, Matthew. Violência doméstica e familiar. Dossiê Violência contra as Mulheres (online), Agência Patrícia Galvão, 2015.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. Violência doméstica e familiar. Dossiê Violência contra as Mulheres (online), Agência Patrícia Galvão, 2015.

_____. Construção de si, gênero e sexualidade. HEILBORN, Maria Luiza. (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. SÁ, Celso Pereira de (org.). Memória, imaginário e representações sociais. Museu da República: Rio de Janeiro, 2005.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Tendências e impasses. RJ: Rocco, 1994.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Mediações na recepção: um estudo brasileiro dentro das tendências internacionais. BUONANNO, Milly; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Comunicação no plural: estudos de comunicação no Brasil e na Itália. São Paulo: Intercom/Educ, 2000.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. História das Teorias da Comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. São Paulo: Francis, 2010.

MARTINEZ, Mônica. A história de vida como instância metódico-técnica no campo da comunicação. Comunicação e Inovação, PPGCOM-USCS, v. 16, nº 30, jan-abr 2015.

MELO, Jacira. Violência doméstica e familiar. Dossiê Violência contra as Mulheres (online), Agência Patrícia Galvão, 2015.

MOTA, Célia Ladeira. Leituras culturais do noticiário da TV. Anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, PUC do Paraná. Curitiba, novembro 2012.

_____. Representações da identidade nacional na notícia da TV. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PERAZZO, Priscila. Narrativas orais de histórias de vida. Comunicação e Inovação, PPGCOM-USCS, v. 16, nº 30, jan-abr 2015.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, RJ, vol. 5, nº 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, RJ, vol. 2, nº 3, 1989.

PORTO, Maria Stella Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n.8, 2002.

_____. A violência entre a inclusão e a exclusão social. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 187-200, maio de 2000.

RODRÍGUEZ, Maria Auxiliadora Banchs. Em busca do sentido: do imaginário social às representações sociais. SÁ, Celso Pereira de (org.). Memória, imaginário e representações sociais. Museu da República: Rio de Janeiro, 2005.

SOUSA, Mauro Wilton de. A recepção sendo reinterpretada. Novos Olhares, USP, vol. 1, 1998.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. SÁ, Celso Pereira de (org.). Memória, imaginário e representações sociais. Museu da República: Rio de Janeiro, 2005.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. SÁ, Celso Pereira de (org.). Memória, imaginário e representações sociais. Museu da República: Rio de Janeiro, 2005.